

EXPRESSO

ANO XIII Nº 65 ABRIL DE 1994

REFER



ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL

REFER completa 15 anos

(Pág. 5)

**LIGUE - REFER:
A SUA LINHA DE
TELEFONE PARA
TIRAR DÚVIDAS
E PRESTAR
INFORMAÇÕES (PÁG. 5)**

Programa de Marketing para REFER

Realizou-se em 17 de março, no ministério da RFSSA, o Seminário de Sensibilização para o Programa de Marketing da REFER, organizado pela diretoria de Seguridade. Reuniram-se no evento, empregados do quadro gerencial da Fundação e diretores, ocasião em que a participação na discussão dos temas que envolvem o desenvolvimento do programa foi o ponto alto do encontro.

O Programa de Marketing, em fase de elaboração com a participação dos quadros técnicos da Fundação, contemplará a consolidação da REFER no mercado previdenciário, em função das ações que serão produzidas dentro da sua missão. Como ação imediata, iniciaram-se estudos para o envio dos contracheques dos participantes assistidos e pensionistas diretamente para suas residências.

EXPRESSO REFER

Rua de Quitanda, 173
Centro - Rio de Janeiro
CEP: 20.091-000



Empregados discutem, em curso, o planejamento estratégico da REFER. Maiores detalhes na página 3.

**RENATO ALMEIDA
ALMOÇA COM
APOSENTADOS**



O presidente da RFSSA, Renato da Silva Almeida, compareceu ao almoço da Associação dos Aposentados, realizado no restaurante do Clube Militar, em 19 de fevereiro. Ao final do almoço o presidente fez pequeno discurso, onde pediu a colaboração das associações de classe e sindicatos no processo de privatização da Rede, para que elas discutam o assunto e apresentem sugestões. * Pág. 8*

**Empréstimos
estão
suspensos
temporariamente**

A REFER decidiu suspender, temporariamente, os empréstimos que vinha concedendo aos seus participantes. A decisão, aplicada desde 1º de março, ocorreu em função da Medida Provisória 434, que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica do governo federal e que introduz novo indexador a URV-Unidade Real de Valor. Deste modo, para atender melhor aos participantes, a Fundação está processando estudos de ajustamento das modalidades de empréstimos à nova situação do País. A REFER espera assim, reabrir em breve, a sua carteira de empréstimos.

Adesão do Metrô/RJ em estudo na SPC

A diretoria da REFER continua aguardando o resultado da análise do processo de adesão do Metrô do Rio de Janeiro à Fundação, pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, órgão do Ministério da Previdência Social.

A Fundação está acompanhando o processo, mantendo contatos permanentes com a Secretaria, cumprindo assim a legislação em

vigor que determina necessária a aprovação da Secretaria, para que o Metrô passe a ser patrocinador da REFER. No momento, a REFER está buscando o seu crescimento através da entrada de novas patrocinadoras. Para isso, alterou seu Estatuto Social e Regulamento Básico, e procura outras empresas do segmento de transporte, que queiram proporcionar aos seus empregados planos específicos de previdência privada.

IMPRESSO

"Não medimos esforços para chegarmos a lugares distantes, às vezes até a pé, para conseguir a adesão dos ferroviários"



Sócio-fundador conta como surgiu a REFER

REFER

Fundação Rede Ferroviária de Segurança Social

CONSELHO DE CURADORES

Presidente
Rozel Fernandes Schopp
Membros Efetivos
Benedito Noguezi de Jesus
Sebastião Zaidin
Márcio Antônio dos Santos
Marco Antônio Fernandes da Costa
Membros Suplentes
Edmar Manairá
Sidnei José Araújo
Luiz Ruben Braga de Albreu
Luiz Sérgio da Silva Lucas
José Guilherme de Barros Gomes

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Superintendente
Luiz Eduardo Freix e Albuquerque
Diretor de Seguridade
Aury de Mello Teixeira
Diretor Financeiro
Renato Lima Magina
Diretor Administrativo
Paulo Roberto Schanel

CONSELHO FISCAL

Presidente
Márcio André Resende
Membros Efetivos
Glacyr Paquinari
Márcio Araújo de Macedo
Membros Suplentes
Marcos Antônio Rodrigues
Albertus Ramalho Marques
João Gomes Pereira

EXPRESSO REFER

Editor Responsável
Fernando Abella
R.G. Nº 11.774

Redação e Serviço
de Atendimento ao Leitor
R.G. Nº 18.119

Diagramação e Produção
Luiz Carlos de Oliveira
R.G. Nº 14.949

Fotografia
Ovaldo Rodrigues Neves
Marcos Fonseca

Arte
Cássio Pinto

Distribuição
Ovaldo Rodrigues Neves

Composição e Impressão
Maso Gráfica Ltda.
Tels. 242-7477 e 252-5778
Tiragem
80 mil exemplares

Vários ferroviários trabalharam em conjunto para criar uma fundação que oferecesse segurança e tranquilidade na aposentadoria. Uryly Barreto é um destes ferroviários que acreditou na criação da REFER e ajudou no movimento de adesão.

Sócio-fundador da REFER, o mineiro Uryly Barreto há cinco anos está aposentado, usufruindo a suplementação de aposentadoria proporcionada pela Fundação. Trabalhou 43 anos na RFSSA. Foi admitido pela The Leopoldina Railway Company Limited, em 02 de maio de 1946, como aprendiz de carpinteiro.

Uryly Barreto é professor de matemática, de contabilidade e custos e de práticas de escritório e escrituração mercantil. Sua vasta experiência na área de ensino profissional fez com que assumisse a direção dos Centros de Formação Profissional da RFSSA em Bicas-MG, Macaé e Engenho de Dentro - Rio de Janeiro.

Expresse REFER - Por que surgiu a ideia de criação da REFER?
Uryly Barreto - Em virtude da aposentadoria, avaliada na época pelo ex-INPS, ser inferior ao ordenado do ferroviário, não representando as suas reais necessidades. Assim, percebi-me que, no caso, um grupo de ferroviários comandado por Manoel de Deus Barbosa, começou os primeiros estudos com relação à suplementação da aposentadoria dos ferroviários. O que mais tarde veio tornar-se uma realidade. Graças a Deus!

Expresse REFER - Qual era a expectativa dos ferroviários, naquela época, sobre a criação de uma fundação de seguridade social para classes?
Uryly Barreto - Uryly atei-me a resposta, especialmente com relação ao pessoal da Estrada de Ferro Leopoldina, visto que já tinha presenciado o fracasso do pool de seguros na Empresa. Assim, foi de fato uma luta para remover a ideia dos nossos colegas de que a REFER não era seguro de vida e sim um plano de seguridade social.

Hoje, quando encontramos alguns colegas que lutamos para aderir a REFER, eles nos agradecem. Quanto aqueles que não quiseram aderir, vivem nos perguntando como fazer para

entrar. Sem contar os que retiraram a reserva de poupança.

Expresse REFER - Qual sua área de atuação na época e por que se angustiou no movimento de criação?
Uryly Barreto - Os trabalhos da nossa área eram centralizados em Macaé, uma vez que o nosso campo de ação compreendia desde Visconde Itaboraí-RJ a Vitória-ES. Quanto a outra parte da pergunta, sem falta modesta, nunca duvidei da criação e, conseqüentemente, da implantação de nossa estimada REFER. Devemos ressaltar aqui, o apoio integral, que nunca nos faltou, por parte de nossos superiores. Sem dúvida, fator importante na realização de nossos objetivos.

trabalho desenvolvido no processo de adesão?
Uryly Barreto - O trabalho foi muito árduo. Sem falar com a verdade se não o dissessemos. Entretanto, facilitado pela eficiência e total apoio das pessoas que mais estavam ligadas no processo e a um grupo muito grande de ferroviários em todo País.

Expresse REFER - Quais foram as dificuldades encontradas no processo?
Uryly Barreto - Conforme disse anteriormente, foi remover da cabeça do pessoal a ideia de que a REFER, era um novo seguro de vida. Principalmente com relação ao pessoal da Leopoldina. Depois as coisas foram se adequando de uma maneira tal que a cada dificuldade encontrada, era um verdadeiro desafio para os nossos servidores.

Expresse REFER - O senhor é participante assistido da REFER. Como vê, hoje, a REFER com 15 anos de existência?
Uryly Barreto - Sou participante com muito orgulho e satisfação. Quando vou receber a suplementação e encontro outros colegas, participantes da Fundação, sempre brincamos dizendo: "Coitado de quem não tem REFER".

Vejo na qualidade da REFER como uma dívida de Deus e conquista de muitos. Nesses 15 anos de existência a Fundação vem cumprindo fielmente o seu papel. A cada dia que passa traz tranquilidade aos participantes e seus familiares.



AGRADECIMENTO
Agradeço a diretoria da REFER pelo carinho, dedicação com todos os associados. Estou honrado em participar dessa Fundação.

Parabenizo pelo desempenho de olhar por todos os participantes. Que possamos dar as mãos para agradecermos juntos o privilégio de compartilhar as alegrias, tristezas e esperanças do ano que passou...

Hélio A. Neves - Pedro Leopoldo-MG

É com grande prazer que escrevo para parabenizar o crescimento da REFER. Na oportunidade solicito o calendário de 1994.
Roberto dos Santos - Barbacena-MG

N.R. O calendário já foi enviado para sua residência.

Escrevo para comunicar a minha satisfação em ser participante da REFER e poder usufruir de seus benefícios.
Nélio Batista Doolindo - Santa Maria-RS

Pela presente venho expressar meus sinceros agradecimentos pelos valiosos benefícios que tenho recebido, mensalmente, graças à eficiência e ao zelo de quem nos orienta a administração da Fundação.

Muito obrigado pelo Expresse REFER e o calendário de 1994.
Alencino M. da Silva - Sabará-MG

Imaginável a minha satisfação e orgulho em pertencer a nossa querida REFER. Não se traduz em palavras a segurança que a REFER representa para mim. Agradeço que também para todos os demais ferroviários que percebem a importância da aposentadoria e demais benefícios proporcionados pela Fundação.

Alcides de Oliveira - Baurás-SP

Jornal
É com enorme prazer que escrevo pela primeira vez para agradecer o envio do jornal Expresse REFER. Espero que seja frequente e muito enriquecedor. Continuarei recebendo.
Leovigildo S. Costa - São Luís-MA

É com prazer que escrevo para agradecer os valiosos benefícios que estou usufruindo, a começar pelo envio do jornal Expresse REFER, o qual publica matérias ótimas e nos mantém informados.

Sou pensionista da REFER e posso afirmar com muito orgulho que a Fundação tem uma excelente administração.

Maria das Graças de Lima - Vassouras-RJ

Solicito a divulgação no Jornal Expresse REFER a minha poesia "Maqueim". Sou admirador do jornal.

Arnaldo F. da Silva - Riozinho-PE
N.R. Agradecemos sua colaboração ao Espaço do Participante.

Gostaria de participar do jornal Expresse REFER, através de um pequeno ensaio literário, com o título "Da janela do Trem".

Franisco de Assis S. Lima - Fortaleza-CE
N.R. Agradecemos a sua colaboração para o Espaço do Ferroviário.

Escrevo para expressar os meus sinceros agradecimentos pelo envio do calendário.

Sebastião J. de Medeiros - Ribeirão

Pres-SP
N.R.: Encaminhamos o calendário para sua residência.

Encio o nº 64 do jornal Expresse REFER no meu endereço, embora eu esteja endereçado em nome de outra pessoa. Solicito correção.
Renato T. Moreira - Belo Horizonte-MG

N.R. Já providenciamos a correção do seu nome no cadastro.

Calendário
Manifestamos através desta, a retribuição e os agradecimentos de boas festas, a atenção da REFER com os associados e o calendário de 1994.
Antônio A. do C. Filho - Itajuba-MG

Recebi com muito amor e carinho o calendário de 1994. Espero que este ano seja menos amargo para mim.

Agradeço a Fundação que é um exemplo de organização. Vou dar todo o apoio à área do ferroviário que faleço. Que Jesus abençoe a todos.
Márcos Pereira Lima - Rio de Janeiro-RJ

Comunicamos o recebimento de um cartão e de um bonito calendário de 1994. Desejamos um feliz 1994, cheio de paz e amor.
Avelino L. da Silva - Tupá-SP

Ante o recebimento do calendário de 1994 agradeço a mensagem de boas festas. Meus sinceros votos de um Ano Novo cheio de paz, amor e prosperidade.
Hélio de H. Kopyk - Rio de Janeiro-RJ

Os meus sinceros agradecimentos a todos da REFER. Muito obrigado pelo calendário e o cartão de Natal. Desejo a todos um prospero Ano Novo.
José Galdino de Lima - João Pessoa-PB

Mensagens

A REFER agradeço as mensagens de Natal e de Ano Novo enviadas por: Manoel de Deus - São Carlos - Minas; Lafaiete-MG, Alcíntia S. Carvalho, São Fidélis-RJ, Mauro Almeida de Souza, Sebastião Baños Ferreira, Levanter-MG, Loni Nascimento - Itaperiú-SC, SP, Hilda Nogueira de Moraes, Rio de Janeiro-RJ, Alfredo Melo, Rio de Janeiro-RJ, José Costa, Baurás-SP, Hinozaro de Freitas, Rio de Janeiro-RJ, José de Souza, Santos-SP, Diva Rocha B. Costa, Rio de Janeiro-RJ, Levy Bernardo Sant'Ana, Volta Redonda-RJ, José Gonçalves dos Santos, Rio de Janeiro-RJ, Carmindo dos Santos, Ubatuba-MG, Maria José dos Santos, Divinópolis-MG, Eudino Bento Sellmann, Salvador-BA, Maria Neves do O. Carvalho, Barbacena-MG, José Loureiro do Baixo, Lavras-MG, Siva Paulo Leme, Nova Iguaçu-RJ, Maria Wilma Trigo, Curitiba-PR, MG, Waldemar C. Oliveira, Caruaru-PE, Arnaldo C. Cimino, São Paulo-SP, Itábia Barcellos da Silva, Rio de Janeiro-RJ, Pedro S. da Foz, Macaé-AL, Maria José, São Luís-MA, Zoámir Nogueira, São Paulo-SP, Maria R. de Moraes, Maricé José Ferreira, Itaipava-MG, Ary Bustamante SA, Aparecida-SP, Gilberto Pereira, Santos, Maria R. de Moraes, Pedro Lima, Rio de Janeiro-RJ, Abelardo Cardin, Macaé-RJ, José Paulo de A. Costa, Barbacena-MG, Lucy de S. Silva, Representante da REFER, Ponta Grossa, Curitiba-PR, Renato M. Rebello, Rio Grande-RS, Maria Beatriz O. de Miranda, Representante da REFER, Ponta Grossa, MG, Solange Serrano e Tereza Cristina Cortez, Representantes da REFER - Baurás-SP, Geraldo Penna, Rio de Janeiro-RJ, Hélio Archenes Neves, João Pereira da Silva, João Pessoa-PB, Nelson Cruz, vice-presidente da Associação de Aposentados da RFSSA, Rio de Janeiro-RJ, Hélio Archenes Neves, João Pereira da Silva, Luiz Costa, São Paulo-SP, Raimundo Pinto Ferreira, Nova Iguaçu-RJ, Wilton de Moraes, Rio Claro-RJ, Walter Braga de Souza, Valença-RJ, Associação Phillips de Seguros, Rio de Janeiro-RJ, Conselho Lafaite-MG, Sebastião Baños Ferreira, Petrópolis-RJ, Sebastião Leopoldino de Melo, Campo Grande-MS.

REFER desenvolve planejamento estratégico

A REFER vem requisitando cada vez mais uma maior participação de seus empregados em processos de melhoria no atendimento. Começou com o Programa de Qualidade Total e atingiu o Planejamento Estratégico da Fundação. No primeiro trimestre deste ano, com a presença de 64 empregados, foi realizado curso sobre Introdução à Administração Estratégica, no auditório da REFER e teve como instrutor Cláudio Porto, da MACROPLAN.

O curso buscou como objetivo introduzir conceitos, aperfeiçoar técnicas e consolidar a revisão do Plano de Ação Estratégico para o período 1994-1996. Em 1993 a REFER passou a desenvolver seu Planejamento Estratégico, ouvindo opiniões e coletando dados de profissionais das quatro diretorias. Esse trabalho em conjunto está propiciando inúmeras vantagens, entre elas, a estruturação de um pensamento global e o fortalecimento do intercâmbio técnico entre as áreas da Fundação.

Estratégias

O Planejamento Estratégico busca atingir um maior grau de integração do planejamento da Fundação. Ele serve de ferramenta gerencial, estimula a racionalidade decisória e assegura à Fundação senso de direção e continuidade a médio e longo prazos.

O processo envolve duas estratégias de atuação. A primeira, a curto prazo, com a realização de



estudos, simulações e recomendações, promove o tratamento de questões emergenciais tais como: estudação da CBTU, privatização da RFPSA, mudança na legislação previdencial e outras.

A segunda estratégia, de médio e longo prazos, consiste na elaboração de um Plano de Ação Estratégico, que serve como instrumento balizador das políticas, diretrizes e metas da REFER.

O Plano de Ação, que tem programação trienal, congrega e integra as ações a serem realizadas pelas áreas da Fundação. Para a sua execução foi preciso realizar diagnóstico do ambiente interno

da REFER que, em conjunto com a análise dos cenários externos, propiciou a definição dos objetivos empresariais.

Na elaboração do Plano a REFER conta com a participação do seu corpo gerencial: diretores, chefes de departamentos, assessores e setores, delegados e outros técnicos.

O primeiro ciclo do Plano encerrou-se em agosto do ano passado. Para os próximos, a REFER espera avanços significativos, tanto no que se refere à metodologia utilizada quanto ao conteúdo final. O Plano de Ação Estratégico é aberto e correções, aperfeiçoáveis a cada ciclo.

SPC aprova alterações no Regulamento Básico

O Ministério da Previdência Social, através da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, aprovou as alterações no Artigo 21, Inciso II, letra h; Artigo 23, Inciso II, letra h; e Artigo 45, Inciso I do Regulamento Básico da Fundação, que tratam da concessão de

suplementação de aposentadoria antecipada, por um benefício não reduzido.

O participante da REFER pode, agora, optar pela suplementação de aposentadoria antecipada sem redução do valor, - caso possua 48 anos de idade para aposentadoria espe-

cial e 50 anos de idade, por tempo de serviço se pagar, previamente, os encargos adicionais da antecipação do benefício, calculado atuarialmente, os quais o participante ativo estaria sujeito se sua suplementação fosse obtida em condições normais (55 anos de idade).

REFER agiliza aposentadoria proporcional

Para atender antiga reivindicação da classe ferroviária, a REFER instituiu, a partir de 1º de novembro do ano passado, o benefício proporcional. A repercussão foi bastante positiva no meio ferroviário. Desde então, a Fundação já concedeu 438 benefícios.

Em virtude da demora da liberação da aposentadoria pelo INSS, a Fundação está facilitando a vida do participante, ao dispensar a

carta concessória do Instituto, para liberação do benefício. No entanto a carta deve compor o processo. Ela deve ser entregue à Representação da REFER mais próxima da residência do participante, no prazo máximo de três meses, a contar da data de início do benefício.

A suplementação é concedida aos participantes que tenham 48 anos ou mais de idade, no caso de

aposentadoria especial e 50 anos ou mais de idade, para aposentadoria por tempo de serviço.

Os ferroviários que estiverem nesta faixa de idade podem procurar a Representação, levando os seguintes documentos: cópia da carteira de identidade, declaração de desligamento da empresa, relação dos 48 últimos salários de contribuição e, se já estiver em mãos, a carta concessória do INSS.

REFER: 15 anos de existência

LUIZ EDUARDO PIRES e ALBUQUERQUE
Diretor-Superintendente

São transcorridos quinze anos da constituição da REFER, que hoje se inscreve entre uma das mais importantes conquistas sociais da classe ferroviária.

Para que essa conquista se tornasse uma realidade foram superados muitos obstáculos e dificuldades graças à atuação determinada de um grupo abnegado de ferroviários. Recordando-os o engº Manoel de Carvalho Barbosa assim destacou:

"Se é verdade que muitos foram os colaboradores dessa obra, é também inquestionável que a conquista de hoje deve ser creditada, antes e acima de tudo, a determinação e - por que não dizê-lo? - ao desassombro com que se dispôs o presidente Stanley Fortes Baptista a levar a termo a obra que agora festejamos. E que à sua atilada visão administrativa não escapou a percepção de que a recuperação do sistema ferroviário nacional, tão reclamada pelo desenvolvimento do País, jamais poderia ser plenamente alcançada sem a imprescindível valorização do seu elemento humano".

A REFER, ao alcançar seus 15 anos de existência, plenamente consolidada como instituição, pode apresentar como resultado da sua ação social as cerca de 22.000 famílias ferroviárias em gozo de benefícios, às quais proporciona segurança e tranquilidade.

Esse expressivo resultado, a ser creditado aos esforços dos que nos antecederam na direção da REFER, não nos permite, entretanto, desviar a atenção para os desafios que hoje se lhe oferecem, de ordem econômico-financeiro-atuarial e institucional.

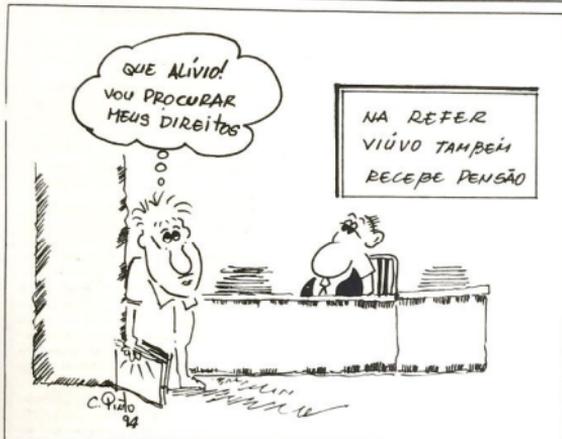
Os primeiros estão intimamente ligados (1) à solução dos problemas relativos às contribuições das patrocinadoras, refletidos em um volumeoso débito e na dificuldade de aquelas arcarem com as taxas futuras requeridas pelos cálculos atuariais e (2) à questão do contencioso judicial, de contornos imprevisíveis e cuja decisão poderá resultar, favorecendo a uma minoria de participantes, em reajustes de benefícios para os quais não há reservas de cobertura suficientes.

Essa é uma questão que está a merecer madura reflexão por parte daqueles que litigam com a REFER, certo que as suas pretensões, ainda que respeitáveis, poderão afetar não apenas o equilíbrio econômico-financeiro da Fundação, mas também atingi-la no seu princípio básico, que é o da solidariedade contributiva de gerações.

De outro lado colocam-se os desafios de caráter institucional, representados pelos processos de privatização/estudação das patrocinadoras, pelas alterações previstas na legislação da previdência social básica e pelas pressões e interferências do Poder Público sobre os fundos de pensão das empresas estatais.

Ao comemorarmos com justa alegria e satisfação os quinze anos da Fundação, temos plena expectativa de que a comunidade ferroviária, em face a esses desafios, está consciente da necessidade de união em torno da defesa e preservação da sua REFER.

Conheça os seus direitos



Viúvo recebe pensão

Ao entrar na REFER o ferroviário está pensando na tranquilidade da aposentadoria e, também, na proteção de sua família. E que ao falecer, ele deixa os dependentes, habilitados pelo INSS, uma suplementação de pensão.

Com a nova Constituição, o viúvo (marido ou companheiro) passou a ter direito à pensão. No caso específico do companheiro ou companheira se faz necessária a comprovação da dependência econômica, para que a pensão seja liberada. A apresentação dos documentos corretos é importante, porque a REFER antecipa os cálculos da Previdência Social, para

pagamento do benefício antes da carta concessória.

Concessão
 Quando o participante assistido (aposentado) morre, o dependente deve comparecer à apresentação da REFER, levando as certidões de óbito, casamento e nascimento dos filhos menores de idade (até 21 anos). O valor corresponderá a 50% da suplementação de aposentadoria que o participante recebia, mais 10% por cada dependente, até atingir o máximo de 100%.

No caso de morte do participante ativo, o dependente irá apresentar, além das certidões, a relação de salários fornecida pela pa-

trocinadora, carteira de trabalho, para comprovação do tempo de serviço trabalhado e o último contracheque. Se for acidente de trabalho, o dependente deverá levar ainda, o documento que comprove o fato.

O dependente, nesta situação, receberá 50% da diferença entre o salário-real-de-benefício (média aritmética corrigida dos 12 últimos salários anteriores a data do óbito) e a aposentadoria base que o participante teria direito pela Previdência Social, mais 10% dessa diferença por cada dependente até o máximo de 100% desse valor.

Saiba mais sobre previdência

O Expresso REFER se propõe a publicar matérias com informações objetivas, de fácil entendimento dos participantes. No entanto, muitas vezes são utilizadas palavras ou expressões, que são claras para aqueles que convivem no sistema de previdência complementar, mas que geram dúvidas aos participantes.

Confira os significados:
 Fundo de Pensão ou Entidade Fechada de Previdência Privada - é uma fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de administrar planos de previdência, exclusivos aos empregados de uma empresa ou de um grupo de empresas patrocinadoras.
 Fundação REFER - é o fundo de

pensão que administra o plano de previdência dos empregados da REFEA, CBTU e da própria REFER, que são as patrocinadoras.

Patrocinadora, Provedora ou Mantenedora - é a empresa que fornece recursos, junto com seus empregados, para a prestação dos benefícios proporcionados pelos fundos de pensão.

Suplementação - é o que a REFER concede aos seus participantes. Constitui-se num adicional ao benefício pago pelo INSS.
 Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada-ABRAPP - é a associação que congrega os fundos de pensão e defende os interesses do Sistema de Previ-

dência Complementar.
 Plano de Previdência Complementar - é o plano que prevê o pagamento dos benefícios suplementares concedidos pelo INSS.

Salário-real-de-benefício - é a média dos 12 últimos salários-de-participação, corrigidos monetariamente.
 Salário-de-participação - é o salário do participante acrescido de adicionais, e é limitado em três vezes o limite máximo do salário-de-contribuição da Previdência Social.

Limite máximo de salário-de-contribuição - é o valor máximo sobre o qual o segurado pode contribuir para a Previdência Social (Valor em março/82: 85,8 URV).

Venha buscar seu dinheiro

Os participantes relacionados abaixo devem procurar uma representação da REFER mais próxima do trabalho ou da residência porque têm direito a receber. São créditos devolvidos pelo banco à Fundação porque os participantes não foram buscar.

Nome	Matrícula
AGENOR DE OLIVEIRA	22.524.225-7
ALZIRA FERREIRA	22.027.619-6
AMAPÉU COELHO DA SILVA	12.033.221-3
ANTÔNIO AUGUSTO PEREIRA	24.524.019-5
ANTÔNIO LEOCADIO FERREIRA	21.019.836-2
APARECIDA G. VICENTE - natural	22.410.042-4
ATHALIDO FERREIRA MENDES	32.016.644-9
AUGELINO DOS SANTOS OLIVEIRA	32.022.485-6
ALMIRO AREND	63.054.779-3
CECILIA LIMA DE ARRUDA	32.018.228-2
DULCE CASTILHO A. PAULO	22.596.757-5
DELMA S. DE OLIVEIRA	22.008.925-5
ESTELA RODRIGUES DE SOUZA	21.005.966-4
ELZA BAPTISTA CAMPOS	22.488.118-8
FLÁVIA REGINA ADRIANO	50.017.211-0
GERALDO DOS SANTOS COSTA	22.435.110-9
IVONICE SANTOS DE OLIVEIRA	22.520.304-9
IRACEMA LORENZONI SANIBAL	31.015.023-8
JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA	23.495.037-4
JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS	22.125.680-6
JOSÉ MARIA TEIXEIRA	22.519.188-1
JUVENAL RIBIANO DA COSTA	63.055.798-9
LUCIENE APARECIDA DA SILVA	22.988.101-7
LUIZ GUMARÃES	21.012.261-7
MARIA JOSÉ RODRIGUES	21.005.023-3
MARCIO JOSÉ FERREIRA GONÇALVES	23.041.520-2
MARIA JANDRYA ALMEIDA MELLO	31.015.012-4
MARIA DO CARMO LINS	22.023.380-2
PEDRO RODRIGUES IRMÃO	40.024.309-1
SOLON SEVERINO DE OLIVEIRA	00.003.903-9



O que é jóia?

A jóia é uma contribuição adicional mensal, cobrada do participante enquanto estiver em atividade. Ela tem o propósito de desestimular o adiantamento espontâneo do ingresso na Fundação. Ao entrar em benefício, o participante deixa de pagar a jóia, no entanto, se houver o retorno à atividade, a jóia volta a ser cobrada.

Os participantes fundadores e aqueles que entram na REFER com menos de 36 anos, no prazo de até 180 dias após a contratação pela patrocinadora, estão isentos de jóia.

Atualmente, cerca de 3000 participantes ativos pagam jóia. O valor é calculado para cada um, de acordo com a idade no ato de inscrição, salário tempo de vinculação ao INSS, tempo que falta para aposentadoria e tempo de ajustamento voluntário da REFER.



Galeria dos superintendentes, instalada na sala do Conselho de Curadores. (da E para D) Manoel de Carvalho Barbosa, Leon Gornstajn, Cesare Giorgi, Rogério Tupinambá Fernandes de Sá, Newton Camargos Barreto, José Artílio Ribeiro Rios, Carlos de Oliveira, Luiz Pereira de Souza e Eliano Moreira de Souza

O dia 7 de fevereiro de 1979 foi uma data importante para os ferroviários, com a criação da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER. Há 15 anos, a classe ferroviária com envolvimento nacional se movimentou para instituir uma fundação que oferecesse segurança aos empregados da RFFSA, na aposentadoria, e que amparasse também, os seus familiares.

A ideia se concretizou, com muito sucesso. Hoje, a REFER possui 21.447 participantes assistidos. Deste total, encontram-se usufruindo a suplementação de aposentadoria, 15.309 ferroviários, 3.820 dependentes recebem pensão, e os 318 restantes, representam auxílios-doença e reclusão concedidos aos ferroviários

ativos.

São 77.859 pessoas, o total de participantes ativos e assistidos, que depositam confiança na Fundação, e acreditam num futuro melhor. Eles fazem com que a REFER ocupe o 5º lugar no ranking das entidades fechadas de previdência privada.

Desde a administração do primeiro superintendente, Manoel de Carvalho Barbosa, até o atual, Luiz Eduardo Pires e Albuquerque, num total de 10, a REFER supera todos os desafios e procura sempre, oferecer um maior número de benefícios, dentro do que é permitido por lei.

O ano de 1993 foi de conquista para os ferroviários com a implementação do benefício proporcional, tão reivindicado pela

REFER: 15 anos de serviços à classe ferroviária

classe. Mas ao longo dos anos, outros benefícios e melhorias foram criados abono de 20% para pensãoista, auxílio-funeral, reajustamento mensal dos benefícios, valor mínimo para suplementação dos benefícios, devolução de 100% da reserva de poupança, adoção da média corrigida para cálculo do benefício, isenção da contribuição do participante em auxílio doença, redução da contribuição do aposentado e ampliação do prazo para manutenção de salário.

Os benefícios não param por aí. A REFER não mede esforços para melhorar os atuais e introduzir novos. São 15 anos de existência de trabalho, perseverança, de bons serviços prestados e a certeza de que perseguiu, de forma implacável, sua missão e os objetivos estabelecidos a cada ano.

Programa de qualidade melhora Ligue - REFER

Emissão de segunda via de contracheque e informações de rendimentos de 1993, consultas a versão de pagamentos, banco, agência e conta, e atualização de endereço são informações que foram disponibilizadas no micro computador utilizado pelo Programa Ligue-REFER. A liberação destes dados proporcionou um atendimento imediato aos participantes.

O nível maior de informações que o Ligue-REFER tem hoje, foi resultado, entre outras medidas, de sugestões do grupo de trabalho, instituído pelo Programa de Qualidade Total para analisar este processo e propor melhorias, denominado Comitê de Atendimento ao Cliente Externo. A missão do Comitê e melhorar o padrão atual de atendimento aos participantes nos diversos pontos de contatos existentes.

Os resultados alcançados com a melhoria são significativos e vão ao encontro do primeiro princípio de qualidade - Total satisfação dos clientes.

Internalização

Nesta fase de internalização do Programa de Qualidade Total, os comitês que fazem o programa caminhar dentro da REFER trabalham com seriedade. Quinzenalmente o Comitê Coordenador se reúne para avaliar as ações e traçar novas medidas e acompanhar as atividades dos comitês de apoio Educação e Promoção e Divulgação, e os de Análise e Melhoria de Processos.

Mensalmente é editado o jornal da Qualidade pelo Comitê de Promoção e Divulgação, responsável pela difusão do programa e dos resultados alcançados. O de Educação fechou, em março, a programação de treinamento aos empregados que ainda não tiveram acesso, formalmente, aos conceitos básicos e princípios da Qualidade. O Comitê espera estar com todos empregados treinados até abril, para utilizar as ferramentas apresentadas no curso.

Quanto aos comitês de Análise e Melhoria de Processo Atendimento ao Cliente Externo, Desenvolvimento de Programa de Capacitação de Pessoal e Prestação de Serviços de Informática, traçaram seus planos de trabalho e estão executando-os, com o objetivo de propor soluções para otimização dos serviços prestados.

Nossa REFER

* ALÍPIO MONTEIRO

Parabenizar a REFER pelos seus 15 anos e pela edição do periódico, seria dizer que melhor não poderia ser.

Um informativo é sensação de continuar vivendo... Saber que o que vai por aí é ainda mais como vão os nossos interesses, num mundo onde só sabem os que ainda combatem, é bom demais. E a nossa REFER? É por causa dela que escrevo aos amigos da Rede Ferroviária, para lembrarmos os dias, meses e anos que antecederam a sua criação.

Foi muito duro para muitos. Seria preciso muito espaço para relacionar os desodados e incansáveis companheiros dessa cruzada.

Ofereciamos às vantagens inerentes dessa criação, porém não era nada fácil pedir a maioria dos ferroviários que permitissem mais uma retirada mensal dos seus salários já comprometidos com a vida e a sobrevivência.

Diziam que a RFFSA teria também as suas vantagens e, não fosse assim, como convencer as autoridades de Brasília a aderirem ao empreendimento.

Essas vantagens luziam desde a absorção pela REFER de obrigações sociais, então de sua obrigação, até o incentivo ao ervasimento dos quadros por aposentadoria, com vistas à renovação e à própria redução do número de empregados.

Mas o que tínhamos em mente era mesmo convencer a maioria dos colegas, muito até pouco tempo pertencentes ao regime jurídico de funcionários públicos.

Propunhamos uma mudança, coisa que empregado não gosta e, de outra parte havia o fracasso de tentativas de criação de processos de suplementações, sem a presença do mantenedor, com grandes prejuízos aos participantes. Que o digam colegas da antiga Leopoldina.

Foi uma batalha árdua, travada por abnegados anônimos, muitos dos quais tiveram a discrição da maldade dos contras, estes presentes em toda parte.

Mas aí está a nossa REFER.

Caminhando firme e segura com suas administrações pé-no-chão, sem fantasias, cumprindo determinações nem sempre fáceis ou quase sempre de difícil "digestão", com a finalidade que todos nós esperamos e queremos.

Há problemas, é claro que os há, porém todos solucionáveis, enquanto nosso.

Quanto as questões superdimensionadas, presentes na mídia, esse se dividiu no universo grandioso de todos os Fundos de Pensão, uma realidade de primeiro mundo, conquistada pelo trabalhador brasileiro, malgrado os maldados invejosos, esse mesmo que quem os tem como amigos, não precisa ter inimigos.

* Alípio Monteiro foi chefe de redação do jornal Corrente de Mares e diretor do jornal Diário Mercantil. Chefeu as Relações Públicas de antiga Central do Brasil e aposentou-se como assessor de Comunicação Social de RFFSA de Transportes Metropolitanos de RFFSA.



IGUE-REFER!
NÓS ESTAMOS PRONTOS
PARA ATENDÊ-LO
TEL.: 9021-263.6362
A LIGAÇÃO É GRÁTIS

NA REFER VOCÊ TEM VEZ E VOZ

Presidente da CBTU recebe prêmio Ferroviário do Ano

O Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Isaac Poputchi, recebeu em 26 de janeiro, na sede da Fieep, o prêmio "Ferroviário do Ano" oferecido pela Revista Ferroviária, que anualmente homenageia aqueles que mais se destacaram no setor. A escolha de Poputchi resultou de sua atuação à frente da CBTU, onde vem conduzindo com êxito o processo de atualização dos sistemas, além de ter saneado a empresa e obtido financiamentos para sua recuperação e modernização.

"De acordo com Isaac Poputchi, o sistema de trens urbanos da CBTU em São Paulo deve passar totalmente ao controle do estado nos próximos meses deste ano. O mesmo deverá ocorrer no Rio de Janeiro dependendo dos entendimentos entre estado e município.

Está previsto que a atualização dos demais siste-



Isaac Poputchi

mas de trens urbanos ocorrerá até o final de 94. Para tanto, o Presidente da CBTU recebe no início de fevereiro uma missão do Banco Mundial que está analisando a possibilidade de financiar a recu-

peração e modernização dos sistemas de Belo Horizonte, Recife e Fortaleza, sendo que este último deve contar, também, com recursos provenientes do Eximbank do Japão.

CARTA DE FLORIANÓPOLIS Participantes de seminário da ABRAPP defendem sistema de previdência complementar

O s participantes do I Seminário Nacional de Previdência Complementar, reunidos em Florianópolis, em 7 de fevereiro, tendo analisado a situação da seguridade social no Brasil, o papel da previdência complementar e o cenário político do País, ordenando os princípios e objetivos em torno dos quais se alinham, no presente, as Entidades de Previdência Complementar Privada, resolveram consistência-las nesta CARTA DE FLORIANÓPOLIS.

O difícil momento conjuntural requer a consciência e participação da sociedade. Em consequência, concitam as lideranças sociais e políticas para a equacionamento da problemática previdenciária brasileira. Visando a conferir estabilidade às entidades e a seus participantes, esta Carta defende os seguintes princípios:

1. A seguridade social compreende o conjunto dos direitos e previdência, a saúde e a assistência social, ainda que as fontes de custeio sejam diferenciadas por função. Este conceito deve ser mantido na Constituição Federal, por ser a mais adequado e adotado pelo mundo moderno.
2. A seguridade social de modo amplo e a previdência em especial constituem responsabilidades conjuntas do Poder Público, das entidades que a complementam e da sociedade.
3. As Entidades de Previdência Complementar Privada possuem ca-

ritar social, pela natureza dos seus fins e por não distribuírem lucros, integrando Título VIII "Do Ordenamento Social" na Constituição Federal.

Quanto ao Projeto de Lei Complementar, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, os participantes do Seminário posicionaram-se em defesa da Lei 4357/72, e da fiel observância dos seguintes preceitos:

1. Respeito ao direito privado aos contratos de adesão firmado entre entidades e participantes, e entre as entidades e patrocinadoras, de modo a preservar a estabilidade das relações jurídicas amparadas na Carta Magna.

2. Preservação dos planos existentes e a proteção dos atos jurídicos perfeitos e dos direitos adquiridos por seus participantes, que contribuem e contribuíram para a percepção dos benefícios contratados.

3. Fim das aplicações compulsórias das reservas das Entidades de Previdência Complementar Privada e a total desregulamentação dessa matéria, necessariamente a plenitude do Estado de Direito.

4. Supressão das ingerências do Poder Público na gestão das Entidades de Previdência Complementar, por serem privadas, como a constituição às define.

5. Permissão a outros segmentos da sociedade para constituírem Entidades de Previdência Complementar, como cooperativas e entidades de clas-

se, patrocinadas por uma ou mais organizações.

6. Eficaz funcionamento do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) como órgão responsável pela fixação dos critérios de garantia das obrigações das entidades perante seus participantes.

7. Rigorosa fiscalização das Entidades de Previdência Complementar Privada, pelo Poder Público, visando assegurar o desenvolvimento de alto nível de profissionalização da gestão, baseada em requisitos e critérios éticos, mediante regras estáveis, transparentes e participativas, considerando-se que o exercício da fiscalização, das diretrizes fiscais e das interventórias, igualmente, deve ser caracterizado pelo ordenamento legal e pela competência técnica.

Entidades de Previdência Complementar Privada, instituindo-se a representação por eleições diretas dos participantes em todos os órgãos de direção e nos conselhos de administração e fiscal das entidades.

Por estes princípios e objetivos os participantes do Seminário luterano, conscientes de suas responsabilidades, pelos dois milhões de participantes diretos e oito milhões de beneficiários do sistema de Previdência Complementar Privada, os quais constituem sua força e seu estímulo.

PREVIDÊNCIA PRIVADA

• A ABRAPP está encaminhando a todos os seus associados o relatório de parlamentares envolvidos com a revisão constitucional e importante identificar nessa lista nomes que tenham algum tipo de relação com o sistema. Ou ainda, que mantenham contato regular com os nossos associados. As informações sobre esses parlamentares devem ser encaminhadas à ABRAPP.

• Nos primeiros dias de janeiro a ABRAPP distribuiu entre os seus associados um encarte reunindo todas as emendas apresentadas à revisão constitucional que interessam ao novo sistema. O encarte relaciona as emendas propostas pela ABRAPP e as apresentadas por parlamentares e partidos políticos referentes à reforma na previdência social.

• O ministro da Previdência, Sérgio Cúlio, tem uma proposta para a revisão constitucional que poderá revolucionar o conceito de política salarial e viabilizar a implantação da previdência complementar no País. Ele quer retirar da folha de salários todos os encargos que não sejam previdenciários.

"Acreditamos que a folha deva financiar, primeiro, a previdência básica e, em segundo, a previdência complementar", disse o ministro, em entrevista ao "Jornal dos Fundos de Pensão". "Assum abremos um espaço para dinamizar no este setor. Já encaminhamos estudos para o Congresso Nacional. Esta é a ideia".

Um levantamento feito pelo próprio Ministro apurou que, no Brasil, os encargos que recaem sobre a folha representam 73% de seu valor, em média. Entretanto, os encargos previdenciários participam com apenas 22,2%, que correspondem a um terço desses encargos (uma das incidências mais baixas do mundo). Segundo Cúlio, tudo o que não fosse previdência deveria ser eliminado do fator trabalho.

"Qual a melhor forma de financiar a aposentadoria e pensão?" - perguntou o Ministro. "No mundo inteiro se usa a folha de salário. Se a pessoa quer ter na inatividade uma remuneração próxima do que tinha na atividade, deve-se somar por base o salário que tinha na vida laborativa. Há, portanto, uma lógica financeira a previdência por...". Concluiu.

• A ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada, reconhece a oportunidade de se discutir, a propósito da reforma constitucional, papel do Estado e das Entidades na economia brasileira. Não aceita, entretanto, campanhas difamatórias que apenas visam a destruir as conquistas da sociedade e comprometer as aposentadorias de milhares de brasileiros.

A ABRAPP, enquanto representante de 222 Fundações de Previdência Complementar, patrocinadas por empresas estatais e particulares, esclarece que não existe limitações entre a Empresa Patro-

cinadora, seja pública ou privada, e o seu Fundo de Pensão. O que ocorreu foi o Decreto 93.597 de 21/11/86, do então Presidente Sarney, que limitava as contribuições em 7% da folha salarial para os fundos criados a partir daquela data.

Referido Decreto, entretanto, foi revogado pela Lei 8.020, de 1990, do Plano Collor, como vamos detalhar abaixo.

Os limites de percentuais de contribuição das "autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, e fundações sob supervisão ministerial" para as entidades fechadas de previdência privada foram estabelecidas anteriormente, pelo Decreto 93.597, de 21/11/1986.

• Aqueles limitados no momento para as entidades que fossem criadas após a edição daquele Regulamento, conforme se descrevem a seguir:

• Os limites eram relativos a "participação de pessoa jurídica patrocinadora" na entidade fechada, que não seria superior a 2/3 (dois terços) do custo total dos planos dos beneficiários, nem a 7% (sete por cento) da folha de salários de todos os empregados da empresa patrocinadora".

• Os Artigos 3º e 4º daquele Regulamento foram alterados pelo Decreto 94.648, de 14/07/87. O Caput do Artigo 3º foi mantido, trocando-se o custo total dos planos e sendo incluído três incisos, que vedam:

- ampliação dos benefícios previstos nos planos que estavam em vigor.

- responsabilização por encargos adicionais referentes a benefícios concedidos e;

- utilização dos superávits das entidades para aumentar valores de benefícios concedidos ou a conceder.

• Aqueles Decretos destinados, se, apenas, às entidades que visassem a ser criadas no âmbito federal. Como não foi criada nenhuma e não é aplicável às entidades existentes, aqueles textos tornaram-se ociosos.

• Como os Decretos eram inócuos, pelos motivos expostos, o governo obteve a Lei nº 8.020/90, que dispõe sobre o relacionamento das entidades fechadas de previdência privada, patrocinadas por empresas vinculadas à administração pública federal, estabelecendo outros procedimentos de controle mais eficientes, não fazendo qualquer limitação à contribuição das empresas estatais, revogando as disposições anteriores, ou seja, aqueles Decretos. A lei foi regulamentada pelo Decreto nº 606/92.

• Assim, não existem mais os tão citados limites contributivos equivocadamente mencionados pelas autoridades e pela imprensa.

• Com tais esclarecimentos, estamos oferecendo subsídios para futuros pronunciamentos, juntando cópias dos textos citados, dos equipamentos da Lei (Informativo ABRAPP).

Conselho Fiscal avalia atuação administrativa

"A REFER é uma entidade que, através da suplementação salarial, possibilita uma aposentadoria tranquila aos ferroviários e segurança a seus familiares", afirmou o presidente do Conselho Fiscal da REFER, Márcio Arruda Macedo, em entrevista ao Expresso REFER.

Márcio Resende passou a conhecer melhor a Fundação quando assumiu o Conselho Fiscal, em agosto de 1992, junto com os outros membros efetivos e suplentes. Eles permaneceram até 1995, quando haverá eleição para a nova composição do Conselho.

Atribuições

Todos os conselheiros, efetivos e suplentes, se reúnem, mensalmente, na sede da REFER para avaliar os atos administrativos da diretoria Executiva, bem como, emitir parecer sobre demonstrativos financeiros e balanço.

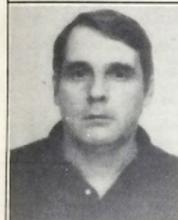
O Conselho procura sempre detalhar ao máximo os dados apresentados no balanço. Em caso de dúvida em algum ponto, o responsável da área é chamado para esclarecer a questão. Segundo o presidente do Conselho, "todas as justificativas sempre foram consistentes".

Representantes

Márcio Arruda Macedo e João Gomes Pereira são representantes dos participantes no Conselho, membros efetivo e suplente, respectivamente. Eles foram escolhidos através de eleição dos ferroviários.

A escolha dos representantes é feita em duas fases: primeiro a eleição com os ferroviários, obtendo um candidato de cada localidade, depois de selecionados, a REFER faz uma reunião, na sede no Rio de Janeiro, para que eles escolham, entre si, dois conselheiros.

TODOS OS CONSELHEIROS SÃO PROFISSIONAIS DA RFFSA E CBTU



Admitido na RFFSA em 1971, Marcos Antônio Rodrigues, membro suplente, ocupa atualmente o cargo de chefe de Divisão de Centralização Contábil



O economista Albertus Ramalho Marques, membro suplente, está na RFFSA há 10 anos. Entrou como agente de Administração e hoje ocupa o cargo de Assistente II da Diretoria de Administração e Recursos Humanos. É também professor de história e economia



O engenheiro civil Giacir Pasqualin aposentou-se pela RFFSA, em maio de 1987, como superintendente de Administração na SR-5. É membro efetivo do Conselho



Auditor supervisor da RFFSA, o presidente do Conselho, Márcio André Resende, ingressou na Empresa em 1985



João Gomes Pereira trabalha como agente de Estação na RFFSA em São Paulo. Entrou na Empresa em 1969 na função de auxiliar de Estação. É suplente, e representante dos participantes



Membro efetivo e representante dos participantes, Márcio Arruda Macedo, trabalha na CBTU como técnico de Segurança do Trabalho desde 1981

Convivendo com a crise

RENÉ FERNADES SCHOPPA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE CURADORES

Vivemos num país em fase de intensas transformações políticas, institucionais e econômicas. Enquanto o Ministro Fernando Henrique Cardoso e sua equipe costuram um amplo programa de ajuste da economia com o objetivo primordial de conter a inflação e o déficit público, condição indispensável à retomada do desenvolvimento econômico gerador de empregos, as lideranças sindicais protestam contra possíveis perdas salariais.

Nesse contexto as Entidades Fechadas de Previdência Privada, popularmente conhecidas como Fundos de Pensão, importantes agentes do processo de desenvolvimento econômico e social, passam atualmente por uma fase bastante delicada, particularmente aquelas, como a REFER, cujas patrocinadoras são empresas estatais.

Dentro do elenco de medidas para equilibrar suas contas o Governo, com o objetivo de fazer caixa, impôs as Fundações mantidas pelo setor estatal a obrigatoriedade de aplicação de 35% do seu patrimônio na aquisição das NTN's Série R, trazendo com isso prejuízo e cerceamento de sua liberdade de atuação. Aliás, já em 1975, Peter Drucker, em seu livro A REVOLUÇÃO INVISÍVEL, alertava para a ameaça sobre os ativos dos fundos de pensão americanos, de serem utilizados para engordar os cofres públicos.

Por sua vez, algumas patrocinadoras não estão recolhendo regularmente suas contribuições, sob a alegação de problemas financeiros. No caso da REFER a situação é ainda mais grave pois sua Instituidora já acumula uma dívida superior a US\$ 120 milhões, sem qualquer perspectiva de saldá-la, além da redução unilateral da sua contribuição determinada pela RFFSA em 1985.

Em entrevista ao Jornal do Aposentado o Presidente da RFFSA afirmou que o equacionamento da dívida para com a REFER depende das soluções propostas por duas Comissões Interministeriais, criadas através de portarias de 1993 com participantes dos ministérios dos Transportes, Fazenda, Previdência Social e Planejamento

Embora tenha havido consenso para solucionar o problema no âmbito dessas comissões, nenhuma decisão prática foi adotada até agora e, o que é pior, a RFFSA continua não recolhendo suas contribuições. Temos também várias ações movidas por participantes que não fizeram acordo para recebimento de "sobras". Felizmente alguns, com louvável bom senso e despreendimento, estão preferindo desistir dessas ações.

Finalmente, cabe-nos considerar as alterações que poderão ocorrer na Previdência Social no bojo da Revisão Constitucional.

Os dirigentes da REFER devem, portanto, manter-se atentos a tudo que possa ocorrer formulando cenários e procurando antecipar-se aos fatos.

A hora é, pois, de atenção e empenho redobrados por parte da REFER e de compreensão e apoio da RFFSA e do Governo para com uma instituição que atende à classe ferroviária que presta uma inestimável cooperação ao desenvolvimento nacional e que se orgulha de ser pioneira da Previdência Social no Brasil.

APOSENTADOS PARTICIPAM DE REUNIÃO DO INSS

A Superintendência Estadual do INSS do Rio de Janeiro organizou reunião em 20 de janeiro, em Valença, para discutir com a Associação dos Aposentados, funcionários dos postos do INSS e representantes de algumas empresas, os trabalhos do Instituto no ano passado e as melhorias que serão feitas em 1994.

Da RFFSA participaram o gerente de Complementação e Relações Previdenciárias, Angela Maria Ramos de Sá e a chefe de Administração e Recursos Humanos, Lídia Maria Martins Gonçalves. Elas puderam apresentar sugestões e debater assuntos de interesse da classe ferroviária na presença do superintendente Estadual do INSS do Rio, Dieli Carvalho Pereira.

Presidente da RFFSA fala sobre recorde de transporte, privatização e equacionamento da dívida



Renato Almeida fala sobre as metas da Rede

Recorde de transporte alcançado em 1993, com números que superaram as expectativas, a preocupação em equacionar as dívidas da Empresa, e promover o desenvolvimento de suas operações, constituem o momento nacional que enfatiza a privatização de segmentos do setor estatal. São temas abordados pelo engenheiro Renato da Silva Almeida, presidente da Rede Ferroviária Federal em entrevista para o EXPRESSO REFER.

EXPRESSO REFER - Em 1993 a RFFSA bateu seu próprio recorde com o transporte de 39,8 bilhões de TKUs, superando o de 1986, em pleno Plano Cruzado, quando transportou 38,6 bilhões de TKUs. O que motivou o recorde?

Renato Almeida - Foi motivado, principalmente, pela capacidade superior da ferrovia - não são condições adversas que a RFFSA atravessa, não condições de custo financeiro, decorrentes da situação econômica do País e, da Área Governamental mas, também, aquelas relacionadas as inflexões de seu processo de desestatização ora em estudo pelo BNDES, como agente executivo do Programa Nacional de Desestatização.

Evidentemente que, associando-se processo com inflação alta, todo o sistema de transportes do País foi prejudicado. Verifica-se atividade econômica menor que o potencial existente e com isso, uma tendência de queda no transporte. No entanto, conseguimos superar isso passando à disputar mais acirradamente com o setor rodoviário o transporte de determinados produtos que não são cativos da ferrovia. A RFFSA cresceu em 93 justamente em transporte de cimento, de grãos agrícolas e outras cargas que a ferrovia tem como competidora a rodovia. Além disso, registrou-se substancial aumento no transporte de minério de ferro, principal carga ferroviária.

Cabe detectar que nós tivemos em 1993 praticamente 40% de imobilização da frota de locomotivas, necessitando, assim, de melhor aproveitamento de sua disponibilidade, o que mostra o efetivo gerenciamento e o empenho dos ferroviários em um todo.

Na otimização do gerenciamento houve uma intensificação de entendimentos com nossos clientes de tal forma que foram mantidas as possíveis perdas de receita, provocadas, em alguns segmentos, pela redução de fretes necessários para viabilizar a competição com o caminhão. Outro fator importante a ser lembrado é que em 1986 dispunhamos em Minas Gerais do trecho da Capitão Eduardo - Costa Lacerda, mais tarde vendido para Companhia Vale do Rio Doce. Este segmento entrava nas estatísticas da RFFSA com cerca de 1 bilhão de TKUs, o que significava, se estivesse ainda sendo operado pela Rede, um transporte global efetivo em 1993, de 40,8 bilhões de TKUs.

A receita da RFFSA, no ano passado, também cresceu cerca de 6% em termos reais (dólar). Nossos valores, não somente um aumento de produção, mas, também, de receita, que permitiu mesmo com dificuldade, manter em dois nossos empréstimos com os empregados e fornecedores. Seriam danos os com o governo federal, foi indubitavelmente pela falta de transferência de recursos que nós não sóvamos pelo pagamento de serviços anti-econômico de interesse público que prestamos ao Governo.

EXPRESSO REFER - A imprensa registrou frase atribuída ao presidente da RFFSA de que "a privatização não se resume ao arrendamento ou à venda de transferência de recursos que não são devidos pelo pagamento de serviços anti-econômico de interesse público que prestamos ao Governo".

Renato Almeida - Está em andamento sobre o gerenciamento do BNDES, em nome da Comissão Diretora do PNDE. Estamos acompanhando,

prestando todo o apoio solicitado, ao mesmo tempo em que incentivamos a classe ferroviária, os clientes, as lideranças interessadas à discussão do momento político que a RFFSA atravessa, independentemente dos estudos em desenvolvimento pelo Conselho Nova Ferrovia contratado pelo BNDES. É importante ressaltar que a privatização da RFFSA não é um processo similar ao de uma usina siderúrgica ou de uma indústria como a MAFFESA. Ela está intimamente ligada ao desenvolvimento econômico do próprio País, a semelhança do que ocorre no resto do mundo, pelo papel estrutural que a ferrovia desempenha no sistema de transporte. O consórcio propôs o modelo de concessão que é mais ou menos a repetição do modelo argentino. No entanto, outras alternativas existem. Na Alemanha esta se desenvolveu um modelo que busca a participação da iniciativa privada ligada ao setor ferroviário, na forma de parceria. Da mesma maneira, estamos estimulando na Rede, o modelo de parcerias, que certamente propiciaria uma empresa mais forte, mais vigorosa, com a participação das empresas privadas clientes de ferrovia. Um novo modelo de privatização, sem que se perca o controle sobre o patrimônio e o poder de administrar. Este modelo permitiria até que se tenha um transporte subsidiado, quando isso for do interesse da política econômica e social do País, de tal forma que possa gerar o desenvolvimento de regiões de economia mais limitada. Por outro lado, uma firma que explore comercialmente uma malha ferroviária, evidentemente não terá este tipo de entendimento nem esse objetivo. Dentro desse enfoque se você trata o sistema ferroviário como um todo, sob a orientação do governo, considerar outros fundamentos de ordem econômica social e não apenas voltado para o lado comercial, permitir que ainda se mantenha determinados subsídios e algumas áreas para que elas possam, então, no quadro de uma política de desenvolvimento regional alcançar, amanhã, os mesmos níveis econômicos das regiões mais prosperas.

EXPRESSO REFER - A dívida de US\$ 800 milhões do governo federal para com a RFFSA. A chamada normalização contábil. Ainda existe esperança de recebimento?

Renato Almeida - Em final de ano passado foi concluído trabalho de duas comissões instituídas pelos Ministérios dos Transportes, do Planejamento, Fazenda e Previdência Social, exatamente para identificar e equacionar a dívida da RFFSA que hoje se encontra na faixa de US\$ 900 milhões.

Esse relatório foi concluído e teve aprovação desses quatro ministérios. Foi, também, identificada toda a dívida, da RFFSA que que 100% com a própria União e seus organismos, ou seja com o Tesouro Nacional, Previdência Social, Receita Federal, além de outros débitos que envol-

vem até a REFER. Os estudos desenvolvidos permitem solucionar parte do endividamento com recursos disponíveis a partir de 93/94. Daí em diante pretendemos contar com fontes não só oriundas da normalização contábil (recursos do Tesouro para pagamento por serviços de interesse governamental), mas também provenientes da venda à União das ações que a RFFSA detem no patrimônio da CBTU e da TRENUSUR, para que possa, então, transferir essas ações aos Estados no processo de atualização dos transportes ferroviários urbanos. O cronograma foi montado em 1993 (também identificado a necessidade de US\$ 88 milhões para completar o fluxo de caixa daquele ano US\$ 147 milhões em 1994 e daí por diante, um cronograma que se estende até por 20 anos, tendo em vista que a dívida ao INSS é pagável em 20 anos pelo sistema de parcelamento previsto em lei. Em 1993 nós conseguimos, depois de um trabalho muito intenso junto ao Congresso, com o apoio inclusive de deputados vinculados ao setor ferroviário, entre eles Carlos Santana e Paulo Menezes da Rocha, aprovar na Comissão de Orçamento, um crédito de US\$ 88 milhões que cumpriria a 1ª etapa do relatório. Infelizmente, na mudança de exercício, acabou sendo prejudicada sua liberação, sendo pagas à RFFSA somente 9 bilhões de cruzeiros reais.

Em 1994 já estamos trabalhando, contando novamente com o indispensável apoio parlamentar, para incluir no orçamento uma parcela de US\$ 147 milhões. Toda a solução do saneamento financeiro da Rede está equacionada no relatório das duas Comissões. No entanto, até agora, devido as dificuldades do Governo no seu Orçamento, ainda não conseguimos que fosse executado, o que está definido, fato que vem impedindo a Rede de honrar seus compromissos com o próprio Tesouro, com o INSS e REFER.

EXPRESSO REFER - A imprensa tem noticiado o objetivo que sua administração vem desenvolvendo no sistema de parcerias. Isto já não seria uma pre-privatização?

Renato Almeida - Como já disse anteriormente acho que uma das forças mais rápidas e mais objetivas - até vencendo uma certa resistência dentro da Empresa - estabelecer o sistema de parceria e de terceirização de serviços como forma de trazer para a Rede a participação da iniciativa privada. A Empresa vem desenvolvendo este trabalho há algum tempo, a exemplo da cooperação com a MBR, no apoio à conclusão da Ferrovia do Aço. Foram 200 Km entre Caxambu e Saudade, para cuja utilização contamos com uma participação de US\$ 70 milhões oriundos da MBR, resgatáveis através de certificados de frete futuro. Essa associação RFFSA/MBR é de uma importância muito grande. Em uma segunda fase, a MBR vem participando da conclusão de 56 Km do trecho norte da Ferrovia do Aço que deverá ser

inaugurado ainda no primeiro semestre deste ano. Encontrar-se em execução, também, contrato com a CBA pelo qual possibilitaria ampliar o transporte de bauxita, de Cataguases, MG, em direção a São Paulo, para atender a indústria de alumínio do Grupo Votorantim. Da mesma forma, no final do ano passado, conseguimos sensibilizar a MANUSULUR, uma empresa cimenteira com unidades industriais em Minas Gerais e na Bahia, a ser parceira na Rede na recuperação de 22 locomotivas para incrementar o transporte de cimento e de calcário da região de Montes Claros, em direção a Salvador. Estamos agora assinando um contrato com a RICHIO para recuperação de mais sete locomotivas, dentro do mesmo sistema (área de Negócios da Região Centro-Leste). Entendimentos com diversas outras empresas vem sendo mantidos, dentro da mesma linha destacando-se a Área de Negócios da Região Sul aquisição de peças para a recuperação de 20 locomotivas com a participação de clientes.

EXPRESSO REFER - É reconhecido o esforço de sua administração no equacionamento da dívida da RFFSA para com a REFER. O que há de novo sobre esse assunto?

Renato Almeida - Anteriormente falei que o relatório resultante das Portarias Interministeriais 1 e 2 (Fazenda, Previdência, Transportes e Planejamento) equacionava o pagamento de toda a dívida da Rede, inclusive a REFER. Nas parcelas que anteriormente citei, de US\$ 88 milhões para 1993 e US\$ 147 milhões para 1994, estava incluída a amortização da dívida da REFER. Infelizmente, no final do ano passado, não recebemos tudo aquilo que fora aprovado pelo Congresso, por problemas de caixa do Tesouro Nacional e acabamos perdendo cerca de 12 bilhões de cruzeiros reais. No exercício de 1994, estavam previstos US\$ 147 milhões que são obtidos de plano do inclusão no Orçamento Federal. Não conseguimos fazer com que seja cumprido o relatório das Comissões, liberaremos recursos para quitação parcial, ao longo do tempo, da dívida que temos com a REFER.

EXPRESSO REFER - Este jornal tem feito uma tiragem de 80 mil exemplares e foi de grande repercussão a sua última entrevista. O espaço está aberto para sua mensagem à classe ferroviária.

Renato Almeida - Entendo que em 1993 foi um ano de grandes mudanças na RFFSA. Fazemos uma reestruturação administrativa com a criação das Áreas de Negócios. Incentivamos a mudança da filosofia na condução dos negócios da Empresa. Essa reformulação está de acordo com os estudos de privatização. O modelo de administração que a Rede hoje adota é moderno, atualizado. E fomos essas alterações sem grandes traumas. Neste contexto surgiu, por uma solicitação a reformulação da estrutura organizacional da Administração Geral e está concluída a revisão da estrutura das Regiões.

Em 1994, pretendemos estabelecer como meta de produção cerca de 41 bilhões de TKUs, com aumento expressivo do trabalho da Empresa. Aumentamos significativamente a produtividade. Para isso devemos contar com o apoio do governo federal no equacionamento da dívida. O que é possível e continuamos operando sem que o Governo reconheça efetivamente que nos deve anualmente cerca de US\$ 100 milhões e o cumprimento do nosso orçamento parcelado infimas de US\$ 9 milhões, possibilitando assim o cumprimento das obrigações da Empresa, com um prejuízo imediato de seu desempenho na área operacional e limitando uma ainda maior contribuição à economia nacional.